

# Uma língua; muitas vozes: para uma política linguística pluricêntrica do Português<sup>1</sup>

Ana Paula Banza

(Universidade de Évora / Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades)

## Abstract

The “cycle of language expansion” (Castro 2006: 74ss), which begun in the XV<sup>th</sup> century, started the process that would make Portuguese a pluricentric language (Banza 2014: 29-31). On the other hand, the peculiar circumstances in which the Portuguese language was transplanted to the different extra-European territories and developed there, in contact with other languages, produced a remarkable diversity of results that, currently, configures Lusophony as a polyphony (understood as a simultaneity of different sounds that form a harmony, that is, despite being independent, form and are perceived as a whole). In the present text, based on historical data and taking into account the current synchronic results, we analyze, in the case of Portuguese, the relationship between pluricentrism, as an option in terms of linguistic policy that seems to be consolidated in recent years, and variation, to the extent that pluricentrism does not only presuppose the recognition of diversity, but also implies the concept of norm (Mateus & Cardeira 2007) and, consequently, the discussion of how many and which norms to be recognized within the same linguistic system. In this perspective, we consider the current status and treatment of emerging standards in relation to the already consolidated standards and the role of institutions in the establishment of an effective multi-centric linguistic policy for the Portuguese language.

## Key words:

Portuguese, pluricentrism, linguistic policy, languages in contact, variation, change.

## Resumo

O “ciclo da expansão da língua” (Castro 2006: 74ss), com início no séc. XV, deu início ao processo que faria do Português uma língua pluricêntrica (Banza 2014: 29-31). Por outro lado, as peculiares circunstâncias em que a língua portuguesa foi transplantada para os diferentes territórios extra-europeus e aí se desenvolveu, em contacto com outras línguas, produziram uma diversidade assinalável de resultados que, actualmente, configura a lusofonia como uma polifonia (entendida como simultaneidade de sons diferentes que formam uma harmonia, isto é, que, apesar de serem independentes, formam e são percebidos como um todo). No presente texto, a partir dos dados históricos e tendo em conta os resultados sincrónicos actuais, analisamos, no caso do Português, a relação entre o pluricentrismo, enquanto opção em matéria de política linguística que parece vir a consolidar-se nos últimos anos, e a variação, na medida em que o pluricentrismo não pressupõe apenas o reconhecimento da diversidade, mas implica também o conceito de norma (Mateus & Cardeira 2007) e, conseqüentemente, a discussão de quantas e quais as normas a reconhecer no seio de um mesmo sistema linguístico. Nesta perspectiva, consideramos os actuais estatuto e tratamento das normas emergentes face às normas já consolidadas e o papel das instituições no estabelecimento de uma efectiva política linguística pluricêntrica para a língua portuguesa.

## Palavras-chave

<sup>1</sup> Este trabalho é financiado por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) no âmbito do projeto UID/HIS/00057/2013 (POCI-01-0145-FEDER-007702).



CIDEHUS  
Centro Interdisciplinar  
de História, Culturas e Sociedades  
da Universidade de Évora  
evora@uportugal.pt

Co-financiado por:



Português, pluricentrismo, política linguística, línguas em contacto, variação, mudança.

## **1. Introdução.**

O comumente chamado pluricentrismo linguístico é, particularmente desde os anos 90, com os trabalhos de Clyne, um fenómeno muito estudado e amplamente divulgado, em publicações, individuais e colectivas (por exemplo Clyne 1992, Oesterreicher 2000, Muhr 2012, Muhr *et alii* 2012, Morgenthaler Garcia 2008), e em plataformas de informação – como a do *International working group on Non-Dominant Varieties (NDV) of pluricentric languages* – sobre o fenómeno em si e sobre as várias línguas consideradas pluricêntricas.

Neste contexto, também o português, ainda que em menor número do que outras línguas, como o espanhol, o inglês, o francês ou o alemão, tem merecido vários estudos, em diferentes perspectivas, sobre diferentes aspectos do fenómeno no caso português ou sobre variedades específicas (por exemplo Baxter 1992, Rosa 2008, Batoréo & Casadinho 2009, Silva, Torres & Gonçalves 2011, Batoréo & Silva 2012, Silva 2013, Gonçalves 2013, Batoréo 2014, Banza: 2014, Bastos 2014, Oliveira 2016, Santos 2010).

Por outro lado, as instâncias políticas têm vindo a assumir o pluricentrismo da língua portuguesa como uma opção em matéria de política linguística, sendo a face mais visível desta opção o polémico Acordo Ortográfico de 1990. No entanto, o reconhecimento da diversidade da língua portuguesa tem geralmente sido perspectivado numa óptica excessivamente estratégica e economicista — o “valor” da língua portuguesa: “A língua tem de ser encarada como um produto” (Luís Reto, em entrevista ao *Diário Económico*, 2012) — e não tem sido acompanhado por uma reflexão sistemática e por um debate alargado entre a comunidade linguística sobre a complexa e delicada relação entre variação e norma. Esta reflexão e este debate são, porém, essenciais na definição de uma efectiva política linguística pluricêntrica.

## **2. Pluricentrismo e variação.**

Entendendo-se por língua pluricêntrica uma língua com vários centros, cada um fornecendo uma variedade nacional, algumas das quais codificadas (Clyne 1992), o conceito de pluricentrismo está intrinsecamente ligado ao de variação, mas também ao de norma (Mateus & Cardeira 2007), conceitos de relacionamento complexo e quase

paradoxal. Efectivamente, a variação é, por natureza, contrária à normatividade e sempre constituiu um obstáculo à normatização das línguas, pelo que, nos processos de codificação de línguas como o português, a definição da norma sempre foi condicionada pelos centros de poder e os gramáticos, ortógrafos e lexicógrafos recorreram, ao longo dos séculos, à *auctoritate* dos “bons autores”, em detrimento do “uso”, necessariamente subordinado à variação (Banza 2016). A própria Linguística viu, durante muito tempo, a variação como um obstáculo à descrição e estudo das línguas.

Actualmente, não estando embora em causa a universalidade da variação, inerente a todas as línguas, ela conserva, naturalmente, o seu antagonismo em relação à normatividade, nas línguas monocêntricas e naturalmente ainda mais nas línguas pluricêntricas, onde este antagonismo se multiplica, na medida em que se admitem normas coexistentes. Como bem escreveu Greußlich (2015: 61), isto acontece porque o pluricentrismo não questiona nem nega o conceito de norma; antes o pressupõe, abrindo assim, necessariamente, um espaço de debate, essencialmente político, antes de mais, sobre quantas e quais devem ser as normas vigentes numa cultura linguística específica, o que, naturalmente, põe em causa a suposta igualdade das variedades<sup>2</sup>.

Na verdade, a norma, enquanto produto linguístico, resulta de um processo que é, por natureza, diametralmente oposto ao “liberalismo igualitário” (Greußlich 2015: 61) que caracteriza a atitude da Linguística face à variação, na medida em que qualquer codificação pressupõe a eleição de uma variedade em detrimento de outras. Assim, é a variedade escolhida — e não outras, ainda que linguisticamente equivalentes — que será codificada, implementada e, eventualmente, difundida, regra geral por um estado politicamente forte que a usa como instrumento de poder, regulado por uma série de instrumentos (gramáticas, dicionários, ortografias) e implementado e difundido essencialmente pelo ensino e pelos meios de comunicação.

Assim, se, numa língua falada num determinado território, a variação se constitui como um problema na definição da norma, este problema multiplica-se exponencialmente quando essa língua é levada/imposta a outros estados, colocando-se, então, a questão, acima referida, de quantas e quais devem ser as normas vigentes numa cultura linguística específica. A resposta a esta questão, como veremos, pode surgir de forma natural, ao

---

<sup>2</sup> “Esto es así porque el pluricentrismo, lejos de cuestionar o incluso negar la vigencia del concepto de norma, más bien lo presupone, por lo que abre un espacio de debate (esencialmente político) tan solo en relación con la cuestión de cuántas y cuáles son o deben ser las normas vigentes en el seno de una cultura lingüística específica. En ese sentido, de ninguna manera se admite en este contexto un liberalismo igualitario frente a todo tipo de variación”. Greußlich (2015: 61).

sabor da evolução de equilíbrios de forças de natureza geopolítica ou de uma reflexão, conducente à definição de uma política de língua.

### **3. O português como língua pluricêntrica.**

O português é um caso de “pluricentrismo total”, na medida em que cumpre, não apenas um – condição mínima para assumir o estatuto de língua pluricêntrica – ou alguns, mas todos os sete critérios enunciados por Clyne (1992: 1) e Muhr (2012: 30)<sup>3</sup>:

1. Ocorrer em pelo menos dois países.
2. Apresentar suficiente distância linguística.
3. Ser língua oficial em pelo menos dois países.
4. Ser aceite pela comunidade como língua pluricêntrica.
5. Ser relevante para a identidade social.
6. Possuir codificação em curso ou completa.
7. Ser ensinada, promovida e disseminada.

Tendo protagonizado o primeiro movimento expansionista europeu, a partir do início do séc. XV, os portugueses deram muito cedo início ao “ciclo da expansão da língua” (Castro 2006: 74ss), então na fase correspondente ao português médio (Cardeira 2005), levando-a a três novos continentes, onde a impuseram, em diferentes condições e com diferentes resultados, enquanto, internamente, ela evoluía e se consolidava, atingindo um estágio já próximo do português actual (Banza 2014: 29-31).

É, pois, a um facto da história externa, o movimento das grandes navegações, bem como ao período e às condições socio-históricas em que este ocorreu, que, em boa parte, é devida a diversidade da língua portuguesa actual, nomeadamente a sua geografia – que abarca dez variedades oficiais espalhadas pelo mundo e vários crioulos de base portuguesa, que, em alguns casos, como o de Cabo Verde, são língua materna da esmagadora maioria dos seus falantes – e a sua relevância no mundo, uma das dez mais faladas e influentes.

Deixando de lado os crioulos, que constituem uma realidade linguística substancialmente diferente, e as variedades residuais (Goa, Damão e Diu), bem como o caso da Guiné Equatorial, onde a imposição do português como terceira língua oficial é, por enquanto, apenas “uma intenção e um projecto” (Reto, Machado e Esperança 2016:

---

<sup>3</sup> Website do International working group on Non-Dominant Varieties (NDV) of pluricentric languages (<http://www.pluricentriclanguages.org/>): What is a pluricentric language?

20<sup>4</sup>), ocupar-nos-emos aqui das variedades que se constituem como pontos de referência do diassistema do português<sup>5</sup>, apresentando, em cada caso, a sua própria diferenciação interna, diatópica, diastrática e diafásica.

Com o estatuto de língua oficial em 8 países, se excluirmos a Guiné Equatorial, e na região administrativa especial de Macau, é, no entanto, possível, distinguir situações muito diversas, que, de certa forma, estabelecem uma hierarquia entre variedades, com diferentes estatutos e papéis no diassistema do português.

Seguindo a classificação de Clyne (1992), baseada nas relações de poder entre as nações que partilham a mesma língua, é possível distinguir, antes de mais, no diassistema do português, o português europeu, como variedade “dominante”, face a 8 variedades “não dominantes”: do Brasil, Angola, Moçambique, Cabo Verde, S. Tomé, Guiné Bissau, e, mais recentemente, Macau e Timor-Leste.

Esta visão, no entanto, ainda que continue a beneficiar de ampla aceitação, em grande parte devido aos “direitos históricos” (Clyne 1992) conferidos ao português europeu enquanto variedade do país de origem da língua, merece alguma reflexão, face à evolução da situação geopolítica, geolinguística e demolinguística do espaço lusófono.

Consideremos os traços das variedades dominantes e não dominantes, propostos por Clyne (1992). São considerados traços das variedades dominantes:

1. Ter um grande número de falantes
2. Ser variedade da nação onde a língua teve a sua origem.
3. Ser variedade nativa e não nativizada.
4. Ter poder político, económico e linguístico e um estatuto elevado.
5. Ter um grande impacto na norma geral da língua.
6. Praticar a codificação e possuir instituições codificadoras.
7. Estar globalmente presente nos *media* convencionais e electrónicos acessíveis a audiências alargadas.
8. Disseminar a sua norma através de múltiplas instituições criadas para esse fim.

Em contrapartida, são considerados traços das variedades não dominantes:

1. Ter um pequeno número de falantes.
2. Ser variedade de nações que não aquelas onde a língua teve origem.

---

<sup>4</sup> Prefácio do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Augusto Santos Silva.

<sup>5</sup> O Galego, independentemente da relação genética e da inequívoca proximidade linguística que mantém com o Português, não é aqui abordado, uma vez que, desde os anos 80 do séc. XX, é considerado como língua românica autónoma.

3. Ser variedade estabelecida durante a expansão colonial.
4. Ter pouco peso político, económico e linguístico e baixo estatuto.
5. Precisar de legitimar a sua norma.
6. Ter pouco ou nenhum impacto na norma geral.
7. Constituir centros menores.
8. Possuir codificação insuficiente ou não possuir codificação da sua norma nacional e não possuir instituições codificadoras.
9. Apresentar uma espécie de “esquizofrenia linguística”: a norma nacional é geralmente praticada, mas depreciada oficialmente, enquanto a norma oficial é pouco praticada, mas muito apreciada.
10. Manifestar uma forte tendência para orientar a sua codificação por regras linguísticas exonormativas, excluindo traços da sua própria variedade.
11. Manifestar tendência para desvalorizar o estatuto da sua própria norma, considerando-a “coloquial”, “regional” ou “dialectal”.
12. Estar pouco presente nos *media* impressos e electrónicos e não acessível a uma grande audiência.
13. Não difundir a sua norma e não possuir instituições para tal.
14. Não estar, usualmente, representado nas instituições internacionais como língua oficial.

Com base nestes traços, fica claro, desde logo, que dificilmente a variedade brasileira pode ser considerada não dominante, na medida em que, apesar de não ser variedade da nação onde a língua teve origem e de não ser variedade nativa, partilha todos os restantes traços das variedades dominantes, a começar pelo número de falantes, esmagadoramente superior ao do português europeu; mas não só.

No Brasil, a colonização começou muito cedo e foi ininterrupta desde a sua descoberta, em 1500, e, por outro lado, o processo de imposição do português foi totalmente efectivo, graças, em parte à liquidação de grande parte da população nativa, em parte à proibição oficial das línguas nativas (Édito de Pombal-1758), resultando deste processo massivo de aculturação uma população que, além de numerosa, é esmagadoramente monolíngue em português. Acresce que a independência do Brasil ocorreu cedo, em 1822, tendo-se, de então para cá, iniciado um percurso de normatização do português do Brasil em grande parte independente do português europeu e que se agudizou a partir do “desacordo” ortográfico de 1911, em que o não envolvimento brasileiro na primeira reforma portuguesa, ao invés de criar uma ortografia unificada,

aproveitando a forte corrente foneticista que, no Brasil, já há muito se batia pela simplificação, teve o efeito contrário, ficando os dois países com ortografias substancialmente diferentes.

Nestas circunstâncias, o Português do Brasil surge com uma norma própria, desenvolvida sobretudo nos últimos 100 anos e hoje totalmente estabilizada, reconhecida, ensinada e difundida, dotada de instituições codificadoras e com capacidade de difusão e inclusive com um significativo impacto na norma do português europeu.

Assim, é possível assumir que, com a constituição e aceitação da norma brasileira, o português possui actualmente, não uma, mas duas variedades dominantes, de certa forma concorrentes em termos de relações de poder e não exactamente “centros de interacção” (Clyne 1992: 1), como seria desejável numa realidade pluricêntrica.

No entanto, como é bem conhecido, além destas duas normas estabelecidas e aceites, é cada vez mais reconhecida, à medida que um grande número de novos estudos revela importantes traços específicos destas variedades, a emergência de uma norma angolana e de uma norma moçambicana. Por enquanto, porém, estas variedades, apesar do significativo número de falantes, apresentam todos os traços das variedades não dominantes, com excepção do primeiro (número escasso de falantes), na medida em que ambas possuem um número de falantes muito elevado e com uma forte tendência para crescer.

Estas diferenças em relação ao Brasil têm uma explicação que radica, antes de mais, nas circunstâncias sócio-históricas da sua colonização. Efectivamente, ao contrário do que aconteceu no Brasil e apesar de o início da colonização africana ser até um pouco mais antigo do que o do Brasil (Angola a partir de 1482 e Moçambique a partir de 1498), a colonização dos territórios africanos foi sempre deficiente e só se tornaria mais efectiva a partir do séc. XIX e, sobretudo, no séc. XX, razão pela qual as línguas nativas destes territórios, maioritariamente do grupo *bantu*, se mantiveram activas, sobretudo nas regiões mais interiores do território, afastadas dos grandes centros urbanos, onde a língua portuguesa nunca chegou, de facto, a impor-se. Nestas condições, mesmo nas regiões do litoral e nos grandes centros urbanos, onde conseguiu impor-se de forma mais eficaz, o português manteve uma situação de contacto linguístico permanente com as línguas nativas que não poderia deixar de ter consequências na evolução destas variedades. Acresce que, embora descolonizados tardiamente (apenas em 1975), os territórios africanos nunca beneficiaram de uma dinâmica efectiva de ensino do português europeu.

Ainda assim, e apesar de estarem longe de serem monolíngues em português, como o Brasil, estes países apresentam já um número de falantes superior ao dos falantes de português em Portugal, sendo certo que menos por mérito da política portuguesa de língua do que por mérito da política de língua destes jovens países africanos, que, após a adopção do português como língua oficial, no ainda curto período pós-descolonização, a tornaram mais “sua”, fazendo, em média, duplicar o número de falantes de português nos seus territórios. Por outro lado, os números do *World Population Prospects (WPPs). The 2015 Revision* (Reto, Machado e Esperança 2016), confirmados pela revisão de 2017, apontam para que, até 2100, o número de falantes de português no mundo quase duplicará e também para o papel decisivo de Angola e Moçambique nesse crescimento, na medida em que o grande aumento da população angolana e moçambicana deverá ser acompanhado por um também muito significativo aumento do número de falantes de português em Angola e em Moçambique. Em contrapartida, o número de falantes de português em Portugal e também no Brasil deverá decrescer, alterando assim significativamente a relação de forças entre estas variedades, de forma que, em 2100, se prevê que o maior número de falantes de português esteja em África e já não na América do Sul.

Neste quadro, torna-se previsível que, se este aumento do número de falantes for acompanhado por um desenvolvimento político e económico que permita a fixação e difusão, no plano nacional e internacional, das respectivas normas, as variedades angolana e moçambicana possam seguir o caminho já trilhado pelo Brasil, ascendendo ao estatuto de variedades dominantes. Resta saber se o farão, como o Brasil, de forma independente, ou como efectivos “centros de interacção”, enquanto diferentes polos de uma mesma língua.

#### **4. Bicentrismo ou pluricentrismo? Para uma política linguística verdadeiramente pluricêntrica.**

Ainda que estas projecções, como quaisquer outras, devam sempre ser encaradas com as devidas cautelas, é inegável que os números reflectem tendências que já são verificáveis actualmente, embora, como é evidente, factores imprevistos de diferentes naturezas possam vir a alterá-las. Veja-se, no caso de Angola, a inversão da tendência, no

final do período colonial, para a diminuição do número de falantes do português como língua materna devido à guerra civil<sup>6</sup>.

Em todo o caso, ainda que os números possam não ser exactamente os agora avançados pelas referidas projecções, essa não será, a nosso ver, a questão verdadeiramente essencial para a alteração do jogo de forças entre as variedades do português, embora o número seja, naturalmente, um elemento de peso. Para além do número, o que será decisivo para o futuro da língua portuguesa, como língua pluricêntrica, será a evolução do estado e estatuto relativos das normas em interacção no diassistema do português.

Sendo certo que, além das variedades portuguesa e brasileira, apenas as variedades angolana e moçambicana – as únicas que se têm imposto como veiculares<sup>7</sup> – disputam, pelo menos para já, o estatuto de variedades dominantes, é, neste momento, antes de mais, a evolução das normas angolana e moçambicana que está em causa e, por isso, deve estar no centro da política linguística para o português. Se estas duas normas evoluírem, como é expectável, no mesmo sentido da norma brasileira, é bastante provável, como acima se referiu, que, no final do século, o português tenha evoluído para um sistema com 4 variedades dominantes, tornando-se assim verdadeiramente pluricêntrico, no séc. XXI, e não bicêntrico, como tem sido nos últimos 100 anos. Por outro lado, embora acreditemos que o factor número de falantes não será suficiente para retirar ao português europeu, face ao brasileiro, ao angolano e ao moçambicano, o estatuto de variedade dominante, é também possível que o português europeu perca o estatuto de única norma difusora, na medida em que o português de Angola e o português de Moçambique apresentam já hoje uma forte influência do português do Brasil.

Efectivamente, o sistema português, apesar de extraordinariamente rico e complexo, envolvendo um grande número de variedades com características e estatutos muito diferentes entre si, viveu, até ao início do séc. XX, uma situação de monocentrismo, enquanto único centro emissor de norma e pode dizer-se que a “emancipação” linguística

---

<sup>6</sup> À data da descolonização, o português era língua segunda para a esmagadora maioria da população angolana, sendo de prever que, após a independência, tal tendência pudesse acentuar-se. No entanto, a guerra civil trouxe populações deslocadas do interior, com diferentes línguas maternas, para as grandes cidades e suas periferias, onde o português passa a ser a única língua compreendida por todos, tornando-se língua franca e, em pouco tempo, língua materna para os jovens nascidos neste período, que durou trinta anos, fazendo assim subir muitíssimo o número dos falantes de português como língua materna naquele território.

<sup>7</sup> Em Cabo Verde, S. Tomé e Guiné Bissau é o crioulo que representa esse papel, numa situação de diglossia. Quanto a Timor, Macau e Guiné Equatorial, apesar de representarem situações distintas, têm em comum o facto de nelas, o papel do português ser “mais do que modesto” (Castro 2006: 44).

do Brasil, sobretudo a partir de 1911, não resultou de qualquer política linguística concertada, mas antes da sua ausência, na medida em que, liberta da influência centralizadora do português europeu, a variedade brasileira evoluiu naturalmente, nos últimos quase 200 anos, em função da sua realidade e da sua própria política linguística, de forma independente da variedade europeia, apesar da importância, que nunca deixou de ser reconhecida, dos laços genealógicos com a língua e cultura de Portugal.

Dito de outro modo, o português torna-se, no início do séc. XX, uma língua tipicamente pluricêntrica, isto é, com mais do que uma norma nacional, por um conjunto de acções que, por um lado, têm muito mais de ruptura do que de interacção e não são resultado de uma política de língua concertada e, por outro, conduziram, não exactamente a um verdadeiro pluricentrismo, mas a um bicentrismo.

No início do séc. XXI, quando tudo aponta para que Angola e Moçambique, agora também libertos da influência centralizadora do português europeu, sigam o mesmo caminho do Brasil, continua a não existir uma política linguística concertada que possa ter um peso efectivo no futuro da língua portuguesa, pelo que é previsível que, também no momento em que se prevê uma alteração significativa do actual diassistema do português, a língua siga o seu curso, uma vez mais sem a intervenção das instituições codificadoras (que, aliás, nunca tiveram e continuam a não ter o peso de instituições como as academias espanhola, francesa ou italiana), dependendo, ao que tudo indica, apenas da capacidade de, nos próximos anos, Angola e Moçambique atingirem um estatuto político e económico suficientemente forte que lhes permita, à semelhança do Brasil, reconhecer as respectivas variedades e elaborar as suas próprias normas.

Assim, sendo certo que, nos últimos anos, o pluricentrismo parece vir a consolidar-se enquanto opção em matéria de política linguística para o português, fica evidente que tal política tem sido, invariavelmente, escassa ou mesmo inexistente e, muitas vezes, mal conduzida. Mateus (2009:2) definiu política linguística como “um conjunto de acções definidas e levadas a efeito pelas autoridades governativas de uma comunidade, que tendem, em última análise, ao benefício individual e colectivo dos cidadãos que utilizam a língua” e a aceitação do pluricentrismo pela comunidade e pelas instâncias políticas e administrativas tem estado no centro dessas acções. Mas com que resultados práticos? Para dar apenas alguns exemplos, Batoréo (2014), debruçando-se sobre a pertinente questão de “Que gramática(s) temos para estudar o Português língua pluricêntrica?” mostra que:

[...] apesar de, nos últimos anos, a publicação das gramáticas da Língua Portuguesa ter sido rica em Portugal e sobretudo no Brasil [...] não temos nenhuma gramática que foque ou apenas refira a pluricentricidade do Português, olhando para as duas variedades nacionais de um modo equilibrado sem atribuir carácter dominante a nenhuma delas [concluindo que] aguarda-se, assim, uma abordagem global da gramática da Língua Portuguesa entendida como língua pluricêntrica. (Batoréo 2014:14)

Note-se que as variedades angolana e moçambicana, apesar de tudo o que fica dito, não entram, sequer, nesta equação.

A título de exemplo da situação constatada por Batoréo, bastará o caso da obra de referência de Raposo *et alii* (2013), onde se pode ler que “por motivos sociológicos, metodológicos e práticos, esta Gramática tem principalmente como objeto de estudo o português-padrão”. (Raposo *et alii*, vol. I, 2013: XXV-XXVI), entenda-se: o europeu. Passa-se genericamente o mesmo nas demais obras gramaticais de referência, em Portugal e no Brasil, que, comumente, tomam como objecto a norma dos respectivos autores, ainda que, em alguns casos, como o da referida obra de Raposo *et alii*, as façam preceder de um capítulo sobre as variedades geográficas do português. Assim, como bem refere Batoréo (2014: 14), urge avançar para uma “abordagem global da gramática da Língua Portuguesa entendida como língua pluricêntrica”.

Por outro lado, o Acordo Ortográfico de 1990, que tem sido visto por alguns (Reis 2008, Ferreira *et alii*, 2012, Oliveira 2016...) como instrumento indispensável numa política linguística pluricêntrica e que, de facto, tem o mérito de constituir uma tentativa de acção efectiva neste âmbito, surge como acção isolada, fruto de uma decisão não suficientemente discutida e reflectida, sem a intervenção essencial das instâncias codificadoras competentes e, por esse motivo, tem, na verdade, produzido resultados opostos aos pretendidos e precisa urgentemente de ser repensado e substituído por uma solução que possa ser aceite por todos, à semelhança do caso do espanhol, onde a nova ortografia, “panhispánica”, fruto do trabalho e vontade comum de nada menos do que 22 academias, respeita as diferentes variedades, fornecendo orientações sem impor soluções uniformes, que inevitavelmente estariam condenadas ao fracasso.

Finalmente, instrumentos muito relevantes como o Vocabulário Ortográfico Comum da Língua Portuguesa (VOC) e o Portal do Professor de Português Língua Estrangeira/Língua não materna (PPPLE), encontram-se ainda em fase de desenvolvimento e precisam urgentemente de ser afinados e completados.

Face ao exposto, e embora seja este um assunto que parece estar na “ordem do dia”, é evidente a urgência do estabelecimento efectivo de uma política linguística

pluricêntrica, sob pena de se repetirem erros que, ao contrário daqueles que devem ser os objectivos de qualquer política linguística, prejudicam, individual e colectivamente, os cidadãos que usam a língua, antes de mais os falantes das variedades com normas emergentes, que continuam a ser confrontados com problemas de “domínio” da língua que resultam, em grande parte, do fosso cada vez maior entre a norma real e a norma padrão e que, como tal, só poderão ser resolvidos pelo reconhecimento e codificação das suas variedades. Estas variedades padecem ainda, como acima referimos, de todos os traços das variedades não dominantes, em particular da “esquizofrenia linguística” de que fala Clyne (1992): a norma nacional é geralmente praticada, mas depreciada oficialmente, enquanto a norma oficial, correspondente à do português europeu, é pouco praticada, mas muito apreciada. Importa, pois, antes de mais, reconhecer e codificar estas normas e começar a ensiná-las e a difundi-las.

Por outro lado, importa também abandonar a excessiva focalização no português europeu e reconhecer, em função da actual realidade e, sobretudo, das previsões de evolução geolinguística, que uma política linguística pluricêntrica terá, não diremos de abdicar dos “direitos históricos” de primazia do português europeu, mas, pelo menos, reconhecer outros factores de poder, como, por exemplo, o número de falantes e mesmo o peso político, económico e de divulgação de outros centros de interacção, como o Brasil e, futuramente, talvez também pelo menos Angola e Moçambique.

No caminho do pluricentrismo como opção estratégica para a língua portuguesa, muitos temerão que possa surgir, ou acentuar-se, a percepção da existência de diferentes línguas, considerando que a “unidade” do português corre o risco de fragmentação. Não cremos, no entanto, como já referimos noutros lugares (Banza 2007, 2014), que esse risco exista realmente, até porque a ideia tradicional de “unidade”, fundamentalmente lusocêntrica (aliás, o próprio termo “lusofonia” padece do mesmo problema) está actualmente ultrapassada.

O português é uma língua com muitas vozes, por enquanto nem sempre consonantes. Uma política linguística pluricêntrica deverá ter como objecto orquestrá-las, com o contributo de todas, numa verdadeira polifonia, em que cada uma possa desenvolver-se em harmonia com as restantes, valorizando o que nos une sem, no entanto, perder a sua individualidade.

Nós não falamos apenas uma mesma língua. Nós sentimos de modo semelhante aquilo que não pode ser dito em língua nenhuma: o peso do tempo, o sentido da existência, uma certa ideia da eternidade. (Intervenção de Mia Couto na Conferência Internacional promovida pela RTP, 2007)

## Referências bibliográficas

- Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, de 1990.*  
<http://www.portaldalinguaportuguesa.org/acordo.php>.
- Banza, Ana Paula (2016): “Ortografistas e ‘bons autores’: O papel da *auctoritas* na definição do cânon ortográfico de Setecentos”. *Linguística. Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto* 11, 185-198.  
<http://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id04id191id2744&sum=sim>.
- Banza, Ana Paula (2014): “O Português em Angola: uma questão de política linguística”. *O Universal e o Particular. Uma vida a comparar. Homenagem a Maria Francisca Xavier*, ed. por Alexandra Fiéis, Maria Lobo & Ana Madeira. Lisboa: Edições Colibri, 29-38.
- Banza, Ana Paula (2007): “Unité et Diversité dans le Portugais du XXI ème siècle: ce qui change avec l’entrée en vigueur de l’Accord Orthographique”. *Grenzgänge. Beitrage zu einer modernen Romanistik* 14. Jahrgang 2007 Heft 28, Thema: Portugal: Sprache und kultur im wandel. Leipzig: Leipziger Universitätsverlag, 18-32.
- Bastos, Neusa Barbosa (org.) (2014): *Língua portuguesa e lusofonia: História, cultura e sociedade*. São Paulo: PUC.
- Batoréo, Hanna Jakubowicz (2014): “Que gramática(s) temos para estudar o Português língua pluricêntrica?”. *Diadorim. Revista de Estudos Linguísticos e Literários do Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro* 16, 1-15.  
<https://revistas.ufrj.br/index.php/diadorim/article/download/4023/3001>.
- Batoréo, Hanna Jakubowicz & Margarida Casadinho (2009): “O Português – uma língua pluricêntrica. O Caso de Timor-Leste: De que forma os timorenses perspectivam e avaliam uma das suas línguas oficiais falada apenas por cinco por cento da população?”. *Revista Portuguesa de Humanidades. Estudos Linguísticos* 13-1, 63-79.  
[http://www.catedraportugues.uem.mz/lib/docs/bib\\_timor/Batoreo\\_Casadinho\\_2009.pdf](http://www.catedraportugues.uem.mz/lib/docs/bib_timor/Batoreo_Casadinho_2009.pdf).
- Batoréo, Hanna Jakubowicz & Augusto Soares da SILVA (2012): “Estudar o português como língua pluricêntrica no enquadramento da Linguística Cognitiva com foco nas variedades nacionais do PE e PB”. *IIISIMELP: A formação de novas gerações de falantes de português no mundo*, ed. por Roberval Teixeira e Silva, Qiarong Yan, Maria Antónia Espadinha, Ana Varani Leal. Macau (China): Universidade de Macau. CD-ROOM.
- Baxter, Alan Norman (1992): “Portuguese as a pluricentric language”, *Pluricentric Languages: differing norms in different nations*, ed. por Michael Clyne. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 11-44.
- Cardeira, Esperança (2005): *Entre o Português Antigo e o Português Clássico*. Lisboa: IN-CM.
- Castro, Ivo (2006): *Introdução à História do Português*. 2ª edição. Lisboa: Colibri.

- Clyne, Michael (1992): *Pluricentric languages. Differing norms in different nations*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter.
- Couto, Mia (2007): *A língua portuguesa é uma língua pluricêntrica*. Intervenção na Conferência internacional promovida pela RTP. <https://observalinguaportuguesa.org/a-lingua-portuguesa-e-uma-lingua-pluricentrica-2/>.
- Ferreira, José Pedro, Maarten Janssen, Gladis de Barcellos Almeida, Margarita Correia & Gilvan Müller de Oliveira (2012): “The Common Orthographic Vocabulary of the Portuguese Language: a set of open lexical resources for a pluricentric language”. *Proceedings of the Eight International Conference on Language Resources and Política linguística e internacionalização...*, ed. por Nicoletta Calzolari (Conference Chair), Khalid Choukri, Thierry DeclercK, Mehmet Uğur Doğan, Bente Maegaard, Joseph Mariani, Jan Odijk & Stelios Piperidis, 1071-1075.
- Gonçalves, Perpétua (2013): “O Português em África”. *Gramática do Português*, ed. por Eduardo Buzaglo Paiva Raposo *et alii*. Lisboa: Gulbenkian, 155-178.
- Mateus, Maria Helena Mira (2009): “Uma política de língua para o Português”, in *XXV Encontro da Associação Portuguesa de Linguística: Mesa Redonda sobre Política Linguística*, 1-7. [www.iltec.pt/pdf/politica\\_lingua.pdf](http://www.iltec.pt/pdf/politica_lingua.pdf).
- Mateus, Maria Helena Mira & Esperança Cardeira (2007): *Norma e Variação*. Lisboa: Caminho.
- Greußlich, Sebastian (2015): “El pluricentrismo de la cultura lingüística hispánica: política lingüística, los estándares regionales y la cuestión de su codificación”. *Lexis* 39, no.1, 57-99. [revistas.pucp.edu.pe/index.php/lexis/article/view/13432](http://revistas.pucp.edu.pe/index.php/lexis/article/view/13432).
- International working group on non-dominant varieties of pluricentric languages*. <http://www.pluricentriclanguages.org/>.
- Morgenthaler Garcia, Laura (2008): *Identidad y pluricentrismo lingüístico: hablantes canarios frente a la estandarización*. Vervuert: Iberoamericana.
- Muhr, Rudolf (Ed.) (2012): *Non-dominant Varieties of pluricentric Languages. Getting the Picture. In memory of Michael Clyne*. In collaboration with Catrin Norrby, Leo Kretzenbacher, Carla Amorós Negre. Frankfurt a.M./Wien u.a.: Peter Lang Verlag.
- Muhr, Rudolf, Carla Amorós Negre, Carmen Fernández Juncal, Klaus Zimmermann, Emilio Prieto & Natividad Hernández (eds.) (2012): *Exploring Linguistic Standards in Non-Dominant Varieties of Pluricentric Languages / Explorando estándares lingüísticos en variedades no dominantes de lenguas pluricéntricas*. Frankfurt a.M./Wien u.a.: Peter Lang Verlag.
- Oesterreicher, Wulf (2000): “Plurizentrische Sprachkultur – der Varietätenraum des Spanischen”. *Romanistisches Jahrbuch* 51, 281-311.
- Oliveira, Gilvan Müller (2016): “O Sistema de Normas e a evolução demolingüística da Língua Portuguesa, in *O Mundo do Português e o Português no Mundo afora: especificidades, implicações e ações*, ed. por Maria Luisa Álvarez Ortiz & Luís Gonçalves. Campinas: Pontes, 25-43. <https://blog.lusofonias.net/wp-content/uploads/2016/11/Final-Biblio-O-sistema-de-normas-e-a->

evolu%C3%A7%C3%A3o-demolingu%C3%ADstica-da-1%C3%ADngua-portuguesa.pdf.

*Portal do Professor de Português Língua Estrangeira/Língua não materna (PPPLE)*.  
<http://www.ppple.org/>.

Raposo, Eduardo Buzaglo Paiva, Maria Fernanda Bacelar do Nascimento, Maria Antónia Coelho da Mota, Luísa Segura & Amália Mendes (2013): *Gramática do Português*. Lisboa: Gulbenkian.

Reis, Carlos (2008): *Está na moda aprender português*. Versão integral da entrevista publicada na edição do Expresso de 5 de Julho de 2008, 1.º Caderno, página 20.  
<http://expresso.sapo.pt/esta-na-moda-aprender-portugues=f359202>.

Reto, Luís Antero, Fernando Luís Machado & José Paulo Esperança (2016): *Novo Atlas da Língua Portuguesa*. Lisboa: IN-CM.

Reto, Fernando Luís (2012): *Entrevista ao Diário Económico*, publicada no site “Inteligência Económica”. <http://inteligenciaeconomica.com.pt>.

Rosa, Gian Luigi de (2008): “O Unimultiplicidade e Policentrismo do Português no Século XXI”. *Diálogos com a Lusofonia. Colóquio Comemorativo dos 30 anos da Secção Portuguesa do Instituto de Estudos Ibéricos e Ibero-americanos da Universidade de Varsóvia*. <http://docplayer.com.br/6294681-Unimultiplicidade-e-policentrismo-do-portugues-no-seculo-xxi.html>.

Santos, Ângela (2010): “O português moçambicano entre o português brasileiro e o português europeu”. *Filologia e Linguística Portuguesa* 12 (1), 27-39.

Silva, Augusto Soares da, Amadeu Torres & Miguel Gonçalves (eds.) (2011): *Línguas Pluricêntricas, Variação Linguística e Dimensões Sociocognitivas*. Braga: Publicações da Faculdade de Filosofia-Universidade Católica Portuguesa.

Silva, Rosa Virgínia Mattos e (2013): “O Português do Brasil”. *Gramática do Português*, ed. por Eduardo Buzaglo Paiva Raposo *et alii*. Lisboa: Gulbenkian, 143-154.

*Vocabulário Ortográfico Comum da Língua Portuguesa (VOC)*. <http://voc.cplp.org/>.

*World Population Prospects. The 2015 Revision*. New York: United Nations.  
[https://esa.un.org/unpd/wpp/publications/files/key\\_findings\\_wpp\\_2015.pdf](https://esa.un.org/unpd/wpp/publications/files/key_findings_wpp_2015.pdf).

*World Population Prospects. The 2017 Revision*. New York: United Nations.  
[https://esa.un.org/unpd/wpp/Publications/Files/WPP2017\\_KeyFindings.pdf](https://esa.un.org/unpd/wpp/Publications/Files/WPP2017_KeyFindings.pdf).